



NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CADERNO ESPAÇO FEMININO

“Nem ser mãe, nem não ser”: maternidade e vida profissional de mulheres negras

“Ni ser madre, ni no serlo”: maternidad y vida profesional de las mujeres negras

“Neither being a mother, nor not being one”: motherhood and professional lives of black women

Jessyka Lopes Martins¹

Letícia Godinho²

Marina Alves de Campos³

RESUMO

Este artigo investiga de que modo mulheres negras são afetadas, simultaneamente, em sua vida profissional e maternal. Partindo de revisão teórica e de entrevista com duas mulheres negras, mães, servidoras públicas, argumenta que mulheres negras têm maior dificuldade de compactuar sua vida profissional com a maternidade.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Negras. Mercado de Trabalho. Maternidade. Alta Escolaridade. Serviço Público.

RESUMEN

Este artículo investiga cómo las mujeres negras se ven afectadas simultáneamente en su vida profesional y materna. A partir de revisión teórico y entrevistas con dos mujeres negras, madres, servidoras públicas, argumenta que las mujeres negras tienen mayor dificultad para compatibilizar su vida profesional con la maternidad.

PALABRAS CLAVE: Mujeres Negras. Mercado Laboral. Maternidad, Educación Superior. Servicio Público.

ABSTRACT

¹ É coordenadora da Rede da Região Metropolitana de Belo Horizonte de Enfrentamento à Violência Contra Meninas e Mulheres – REDE RMBH (2024/2026). É mestre em Administração Pública pela Escola de Governo Prof. Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro – FJP (2020/2023). Integra o grupo de pesquisa Estado, Gênero e Diversidade – EGEDI. É graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (2008/2013). E-mail: jessykal.martins@gmail.com.br.

² E-mail: leticia.godinho@fjp.mg.gov.

³ Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduanda em Administração Pública na Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Pesquisa temas relacionados a meio ambiente e políticas públicas, participação social e gênero. Possui formações no campo do cinema e da escrita criativa. E-mail: malves@gmail.com.

This article investigates how black women are simultaneously affected in their professional and maternal lives. Based on a theoretical review and interviews with two black women, mothers, public servants, it is argued that black women have greater difficulty combining their professional life with motherhood.

KEY WORDS: Black Women. Job Market. Motherhood. High Education. Public Service.

* * *

Introdução

Se a vida profissional é algo comum à maioria dos seres humanos, e a maternidade recorrente para a maior parte das mulheres, as mulheres negras são, na população brasileira, as menos favorecidas nos dois âmbitos (profissional e pessoal). Isso se evidencia em uma série de indicadores a respeito da composição da força de trabalho brasileira, em que a mulher negra ocupa os piores índices e as posições mais baixas em todos os quesitos. Tal realidade se expressa também na administração pública, ainda que se pressuponha que a impessoalidade dos processos admissionais do serviço público não faça distinções quanto a gênero ou raça, como ocorre de maneira mais explícita no mercado de trabalho privado.

Dados sobre o mercado de trabalho mineiro em 2022 corroboram tais afirmativas. Primeiramente, vale ressaltar que das 11,3 milhões de pessoas estimadas enquanto força de trabalho em Minas Gerais, 59,7% se autodeclararam negras (pretos e pardos). No entanto, apesar de comporem a maior parte da força de trabalho, também compõem a maior porção entre a população desocupada, tanto no estado mineiro, quanto no país, correspondendo, respectivamente, a 71,3% e 65,4% (FJP, 2023). No que tange às mulheres negras, em Minas Gerais elas representam 25,45% da força de trabalho, mas 10,18% delas encontram-se desocupadas. Tal situação representa uma distância de 6 pontos percentuais (p.p.) na taxa de desocupação, em relação aos homens brancos. Em 2012, essa distância era de 5,8 p.p.

Dados a respeito da ocupação no mercado de trabalho mineiro também revelam a desigualdade racial e sexual, uma vez que há “maior precariedade da

inserção dos negros no mundo do trabalho” (FJP, 2022, p. 5). Em 2022, 41% das mulheres negras ocupadas integravam trabalhos informais⁴, frente a 38% das mulheres brancas, o que implica em menor ocupação em cargos de maior prestígio e de melhor remuneração.

O estudo evidencia, também, maior ocupação das mulheres negras dentre os *trabalhadores de serviços, vendedores dos comércios e mercados* (31,0%) e nas *ocupações elementares* (26,8%), ou seja, postos de trabalho mais precarizados e pior remunerados. É possível, ainda, apreender a representatividade das mulheres no sistema de ensino, o que se articula com o objeto de análise deste artigo: 20% das mulheres brancas ocupam o grupo de *profissionais das ciências e intelectuais*, junto a 10,2% das mulheres negras. Porém, em relação a cargos de *diretores e gerentes*, apenas 1,9% das mulheres negras se fazem presentes (FJP, 2022).

Vale ressaltar que, ao tratarmos do emprego doméstico remunerado, componente do grupo de *ocupações elementares*, a intersecção gênero e raça se revela tanto em Minas Gerais, quanto no Brasil como um todo, já que, respectivamente, a força de trabalho é composta por 92,3% de mulheres e 71% de negros, bem como, 91,4% de mulheres e 67,5% de negros.

O trabalho doméstico remunerado pode ser analisado pela ótica do conceito do trabalho reprodutivo e como um agente fundamental para a manutenção da economia do cuidado no país e no estado mineiro. Entende-se por trabalho reprodutivo todas as atividades que se destinam a manter a vida humana, independentemente se ocorrem de forma remunerada ou não (Araújo, Monticelli, e Acciari, 2021 apud FJP, 2022, p. 9).

Logo, explicita-se a composição das mulheres negras na base da pirâmide econômica do país. Tal posição implica, ainda, em um pior rendimento médio habitual por parte desse grupo social, em relação a todos os outros, que correspondeu a 52,2% do rendimento médio de homens brancos no ano de 2022.

⁴ “A taxa de informalidade representa a parcela de trabalhadores ocupados como conta-própria, trabalhadores autônomos e empregadores que não possuem Cadastro Nacional Pessoa Jurídica (CNPJ), juntamente com empregados sem carteira assinada” (FJP, 2022, p. 5).

Quando analisamos os dados para as mulheres negras, é preciso indagar ainda qual a implicação da maternidade nesse cenário laboral. Um estudo realizado por Cecília Machado (2016) revela que, após 24 meses, quase metade das mulheres que tiram licença-maternidade estão fora do mercado de trabalho (Machado; Pinho Neto, 2016). A pesquisa pontua, ainda, que trabalhadoras com maior escolaridade apresentam queda de emprego de 35% doze meses após o início da licença, enquanto a queda é de 51% para as mulheres com nível educacional mais baixo. Sendo assim, é notória a implicação da presença de filhos na inserção da mulher no mercado de trabalho, o que não se observa em relação aos homens, uma vez que a presença ou ausência de filhos não altera sua permeabilidade no mercado.

Se analisarmos a proporção de mulheres em relação à presença de filhos, por raça, também se notará que há uma diferença entre a proporção de mulheres brancas e negras (pretas e pardas) sem filhos, de 53,3% e 46,7%, respectivamente (Guiginski; Wajnman, 2019).

Se mulheres negras apresentam a maior taxa de desemprego, as piores posições no mercado de trabalho, a menor renda e o menor percentual de mulheres sem filhos, é compreensível que a escassa literatura concentre a produção de conhecimento a respeito da maternidade de mulheres negras que são pobres e com ocupações mais precarizadas. No entanto, se tratarmos de mulheres negras com alta escolaridade, ocupantes de cargos de maior nível hierárquico na cadeia produtiva, quais são as barreiras para seu desenvolvimento profissional e pessoal? Como a maternidade afeta sua carreira e vice-versa? As estruturas de cuidado estão disponíveis às mulheres negras?

O presente artigo trata da relação entre vida profissional e maternidade, de modo a abordar como elas se apresentam para parte das mulheres negras no Brasil. Partimos de uma revisão da literatura e de um estudo comparativo entre dois casos: duas mulheres que atuam no contexto do serviço público, uma com vínculo estável, e outra cujo vínculo com o emprego é circunstancial, oriundo de cargo comissionado. A finalidade desse recorte tão específico é trazer à tona o imbricamento estrutural entre raça, gênero e classe e seus impactos na vida de

mulheres negras que são mães e profissionais com alta diplomação, recorte pouco abordado na literatura, de modo a trazer à luz as dinâmicas próprias do racismo, associado a gênero e classe, que permeiam a vida de mulheres negras que margeiam ou escapam do espectro mais comumente abordado.

Mulheres negras, mercado de trabalho e maternidade

Se a inserção no mercado de trabalho para mulheres negras tem seu início, na história brasileira, com a escravidão, distinguindo o seu papel social do das mulheres brancas, a questão da maternidade é mais um ponto nessa distinção, já que a única maternidade possível para as mulheres escravizadas era dentro da casa grande, maternando os filhos e as filhas das mulheres brancas e dos senhores. Na contemporaneidade, enquanto o mercado de trabalho dispensa e pressiona mulheres brancas quando essas têm filhos, a mulher negra é pressionada justamente a abrir mão de seu filho, e não de seu trabalho. Desse modo, a suposta conciliação entre vida profissional e familiar consistem, para as mulheres, em um equilíbrio precário.

Existe uma literatura já muito consistente sobre divisão sexual do trabalho, mas ainda incipiente no contexto brasileiro acerca das relações entre maternidade e trabalho. Como um de exemplos, o trabalho de Antonio Moreira de Carvalho Neto e colegas (2010) analisou, a partir da percepção de 965 mulheres executivas que chegaram ao topo da hierarquia organizacional de grandes empresas no Brasil, os desafios em sua ascensão profissional. A pesquisa encontrou que os obstáculos envolvem, sobretudo, preconceitos relacionados à trabalhadora que é também mãe, à pressão do relógio biológico, à sobrecarga decorrente do trabalho de cuidado, às jornadas de trabalho muito extensas e às dificuldades com o companheiro.

Já a pesquisa de Fabiane Ferreira da Silva e Paula Regina Costa Ribeiro (2014) abordou a trajetória profissional de mulheres que trabalham no campo da ciência, a partir de entrevistas com trabalhadoras de uma instituição de pesquisa. O resultado chamou a atenção para o impacto dos estereótipos de gênero e a necessidade de conciliar a trajetória profissional com as responsabilidades

familiares. A conclusão das autoras remete à construção de um campo profissional marcado por valores e padrões masculinos, que restringem, dificultam e direcionam a participação das mulheres.

Há, ainda, alguns outros trabalhos publicados sobre o tema, mas importa destacar, partindo dos exemplos expostos, que há uma grande lacuna nessas pesquisas quanto a uma abordagem interseccional. Isso conduz à questão: tais resultados valem para as mulheres negras? Os limites encontrados, os impactos para a vida profissional, são idênticos para as mulheres negras, ou é possível pensar que existem especificidades produzidas no imbricamento entre gênero, raça e classe?

Segundo Tatiana Dias (2013), o conceito de interseccionalidade aparece primeiramente na obra da autora feminista negra Kimberlé Crenshaw, para argumentar que, entre as mulheres, há as que se encontram “superincluídas” e as que se veem “subincluídas”. A autora denuncia, que a perspectiva de gênero das mulheres incluídas, ou brancas, não teria identificado outras dimensões da discriminação para além do gênero.

Carla Akotirene destaca que a interseccionalidade surge a partir do pensamento feminista negro, buscando uma sensibilidade que compreendesse suas experiências e perspectivas intelectuais específicas. Visava dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural entre gênero, raça e classe (AKOTIRENE, 2019: 14). Assim, a teoria da interseccionalidade se construiu para o enfrentamento aos desafios produzidos pelo capitalismo, racismo e heteropatriarcado, pilares ou “aparatos” do colonialismo como um sistema de opressão, ainda não superado.

A interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, classe e raça, e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem (Akotirene, 2019: 24).

Akotirene argumenta que o feminismo negro introduz essa nova perspectiva como um movimento insurgente, pois tem que articular o gênero no movimento negro e na teoria antirracista; ao mesmo tempo que busca trazer a problemática

da raça ao movimento feminista hegemônico. Por sua vez, também o enfoque socialista tradicional não teria dado importância suficiente à dimensão racial e de gênero, ao negligenciar o trabalho reprodutivo e o fato de que as mulheres negras cumprem um papel importante na estrutura capitalista, enquanto “produtoras e reprodutoras de vidas expropriadas do trabalho de parto”. Nesse sentido, seus filhos configuram “mercadorias as quais, elas, em tese, mães, não tinham direito à propriedade” (Akotirene, 2019: 19). Exploraremos melhor o aspecto da maternidade negra mais adiante.

Para Kimberlée Crenshaw, a opressão de gênero e de raça trata de dois movimentos distintos, que não apenas somam identidades, mas analisam “quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos” (2019, p. 27), já que é na interação entre essas estruturas que as experiências de opressão são forjadas. Assim, Crenshaw introduz a noção de interseccionalidade como:

(...) uma conceituação do problema que (...) trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177 apud DIAS, 2013: pp).

Nessa perspectiva, a interseccionalidade é vista como uma das formas de combater opressões múltiplas e imbricadas e, portanto, é também um instrumento de luta política. É nesse sentido que Patricia Hill Collins (2019) considera a interseccionalidade um “projeto de conhecimento” e uma arma política. Ela diz respeito às “condições sociais de produção de conhecimentos” e à questão da justiça social (Idem).

Para Collins, a convergência das opressões de raça, classe e gênero, características da colonialidade, configurou todas as relações subsequentes que as mulheres negras vivenciaram e fez surgir o contexto em que o feminismo negro se desenvolveu. Assim, ela pontua três dimensões ou efeitos interdependentes da opressão às mulheres negras, sendo a primeira, econômica, ou seja, relativa à

persistente guetização das mulheres negras na prestação de serviços fundamentais para o capitalismo, gerando condições de trabalho extremamente estafantes, além de pobreza. A exploração econômica atual expressaria uma continuidade das primeiras formas de exploração econômica das mulheres negras escravizadas (COLLINS, 2019: 34).

Assim, para entender os sentidos da maternidade de mulheres negras em sociedades colonizadas como a brasileira, é importante voltar aos seus fundamentos históricos. Neste viés, o estudo de Jade Lôbo e Izabela de Souza (2019) problematiza a maternidade de mulheres negras no Brasil, apontando que ela foi instituída de forma a contribuir com a formação da civilização patriarcal branca. Impôs a elas a domesticidade e o adestramento, a exploração de sua fertilidade e de seu trabalho, sendo que “a maternidade e a domesticidade negra foi um projeto de Estado essencial para a perpetuação dos interesses da colônia” (LÔBO; SOUZA, 2019, p. 1).

Da mesma forma, Raquel Passos (2021) argumenta que, apesar da maternidade estar colocada compulsoriamente para o gênero feminino, o projeto histórico colonial brasileiro desautoriza a maternidade das mulheres negras. Nesta sociedade, é negado às mulheres negras usufruírem do “amor materno”, por meio da produção e reprodução do sofrimento, da violência e do racismo e sexismo em suas mais diversas expressões.

De acordo com Franz Fanon (2015), no regime colonial, a população negra foi/é historicamente silenciada e aniquilada, o que resultou em sua desumanização e na produção de uma sociedade estruturada na distribuição desigual de poder entre pessoas brancas e não-brancas, de modo a favorecer esse último grupo. O processo de inferiorização enfrentado pela população negra acontece por uma dupla via: de início, no sentido econômico, posteriormente, na interiorização dessa inferioridade (FANON, 2015, p. 58).

Assim, esse regime justificou a aniquilação do não-branco, pois, a existência negra, que foi brutalmente remodelada e inferiorizada pelo colonizador, pode ser

eliminada, uma vez que as pessoas negras já “não são”⁵. Pode-se dizer ainda que o processo de colonização foi forjado na violência, em ameaças constantes de estupro e de outros maus tratos físicos e psíquicos impostos às mulheres, aos homens e até às crianças africanas. Por meio dela (violência), desumanizava-se essas pessoas, “quebrando o seu espírito”, de modo a torná-las mercadorias, escravas e escravos dóceis (HOOKS, 2019).

Sobre essa questão, bell hooks defende que

Um aspecto importante no trabalho do escravizador era efetivamente transformar a personalidade africana a bordo dos navios, para que fosse comercializada como um “escravo dócil” nas colônias americanas. O espírito orgulhoso, arrogante e independente das pessoas africanas precisava ser quebrado, para que estivesse em conformidade com o conceito que o colonizador branco tinha de comportamento escravo apropriado (2019, p.43).

Para hooks, a pior parte da violência colonizadora foi destinada às mulheres escravizadas, uma vez que a elas cabia (e ainda cabe, majoritariamente) os trabalhos de cuidado. Ou seja, às mulheres negras, era imposto o trabalho na casa grande de cuidar (alimentar, lavar, limpar etc.) das senhoras, senhores de escravos e de suas crianças. Pela proximidade física com as pessoas brancas, fazia-se ainda mais necessário que essas mulheres fossem dóceis e que não resistissem, pois sua revolta poderia facilmente resultar na aniquilação dos colonizadores, por exemplo, pelo envenenamento de suas comidas (HOOKS, 2019).

Um segundo ponto de violência suportado foi a penalização da mulher escravizada por sua capacidade reprodutiva. Ao mesmo tempo que às mulheres negras cabia o trabalho do cuidado das pessoas brancas, inclusive, servindo como “mãe negra” (amamentando e cuidando das necessidades básicas) das crianças brancas, ela era impedida de cuidar das suas pessoas queridas, inclusive, das suas próprias crianças.

A esse respeito, Sônia Giacomini (1988) complementa que as mulheres escravizadas grávidas ou as que amamentavam não eram poupadas do trabalho árduo imposto pelas senhoras e senhores de escravos:

⁵ Termo utilizado pelo filósofo Frantz Fanon para tratar do sofrimento e aniquilação promovidos pelo Colonialismo, baseado na distribuição desigual de poder e na desumanização da população negra e de povos originários.

[...] as negras pejadas e as que amamentavam não eram dispensadas da enxada: duras fadigas impediam em algumas o regular desenvolvimento do feto, em outras minguava a secreção do leite, em quase todas geravam o desmazelo pelo tratamento dos filhos, e daí as doenças e a morte às pobres crianças (ASSOCIAÇÃO CENTRAL EMANCIPADORA apud GIACOMINI, 1988, p. 24).

Portanto, o regime colonial valorizou, de forma prioritária, a capacidade produtiva das mulheres negras escravizadas, em detrimento de seu potencial reprodutivo. Isso permitiu também o controle do crescimento populacional negro, uma vez que havia um interesse seletivo na reprodução de famílias negras. Para os senhores escravocratas, era preferível traficar e comprar crianças já crescidas para o trabalho, do que perder a produtividade da mãe ao longo dos primeiros anos da infância. Por isso, diversas vezes, essas mulheres, que ainda assim gestavam, pariam e amamentavam, viam as suas crianças falecerem. Assim, se a colonização não proibia a maternidade à mulher negra, por outro lado, com as condições desumanas que impunha às pessoas escravizadas, tornava a realização dessa maternidade algo precário, arriscado e praticamente impossível de se concretizar.

A negligência e o descaso dos senhores no tratamento da reprodução escrava parecem ter punido duplamente a portadora do “ventre-gerador”. Quando grávida, não lhe eram concedidas as condições mínimas necessárias ao desenvolvimento do feto. Quando, a despeito disso, a gravidez vingava, quais seriam as condições que a levariam, muito frequentemente, como sugere nossos autores, a matar os próprios filhos? (GIACOMINI, 1988, p. 26).

A partir da retomada de tais aspectos, é possível compreender a construção colonial da mulher negra na sociedade brasileira, a partir de sua posição social condicionada ao fator produtivo em detrimento do reprodutivo. Tal aspecto é crucial, inclusive, para distingui-las em relação às mulheres brancas. Historicamente, o projeto colonial explorou e negou a maternidade às mulheres negras ao apartá-las do cuidado dos próprios filhos e impedir a constituição de núcleos familiares negros, dado que uma vida privada era incompatível com os interesses, sobretudo, econômicos do colonizador branco.

A questão da existência de uma “vida privada” ou de uma “vida familiar” se apresenta como uma contradição inerente à condição escrava. A noção de

privacidade e de família refere-se a uma esfera própria que o escravo não possui por sua condição de “coisa”. Constituir família, ter uma prole é algo inacessível àqueles que não possuem nem a si próprios. (GIACOMINI, 1988, p. 29).

Na contemporaneidade, a colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) se perpetua, uma vez que não houve ruptura com esse processo. Mulheres negras seguem enfrentando estigmas e violências diante de sua condição de mãe-trabalhadora nas diversas esferas econômicas: o não reconhecimento de suas potencialidades, apropriação de ideias, desconforto com o próprio corpo, expectativas muito baixas ou estereotipadas, invisibilização, entre outras dificuldades vividas não apenas no acesso ao trabalho, mas na permanência (SANTOS, 1983; GODINHO; SOUZA-SEIDL; SALEJ, 2021). Diante disso, convém inaugurar a discussão dessas questões no contexto profissional de mulheres negras de alta escolaridade atuantes no setor público.

Partindo desses questionamentos, realizamos uma pesquisa nos principais portais acadêmicos nacionais e encontramos uma escassa produção científica a esse respeito, de modo que os desafios das mulheres negras que trabalham e são mães, nesta condição, são praticamente inexplorados na ciência brasileira. Em grande parte, escassa a literatura existente explora os sentidos e as fragilidades da maternidade de mulheres negras de classes baixas, ao passo que o objeto desta pesquisa é analisar a relação entre maternidade e o contexto profissional de mulheres negras diplomadas.

Divisão sexual e racial do trabalho e a delegação

Antes de finalizarmos a revisão da literatura, retomamos brevemente algumas considerações importantes da literatura sobre divisão sexual do trabalho para pensarmos os dilemas e desafios da conciliação entre maternidade e vida profissional, e como podemos incluir a variável raça a esse conjunto de problematizações.

Uma análise da literatura sobre mulheres que trabalham (CARVALHO NETO et al., 2010; SILVA; RIBEIRO, 2014; VAZ, 2013) pontua que sua atuação

no mercado de trabalho, para além da esfera doméstica, não implica em uma reorganização das tarefas de cuidado no âmbito privado. Ao contrário, significa uma dupla jornada para as mulheres, a remunerada e a não-remunerada.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão social do trabalho resultante das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Ela é histórica e socialmente modulada. Ela atribui aos homens prioridade à esfera produtiva e às mulheres à esfera reprodutiva e, ao mesmo tempo, à apropriação pelos homens das funções com maior valor social agregado. São princípios que organizam a divisão sexual do trabalho: o da separação (há empregos masculinos e femininos) e o da hierarquização (o trabalho de um homem "vale" mais que o trabalho de uma mulher).

Helena Hirata (2018) enfatiza que a desigualdade de gênero fomenta uma segregação horizontal e vertical do mercado de trabalho, que mantém os homens como adequados em qualquer que seja a função e coloca a mulher como ente frágil, doméstico, maternal, portanto, inadequada ao ambiente público e profissional.

O conceito teria sido objeto de estudo em diversos países, mas consolidado suas bases teóricas na França da década de 1970. Nesse contexto, o conceito expressa dois sentidos diferentes: um sentido sociográfico para analisar o ordenamento distintivo entre homens e mulheres no mercado de trabalho e nas tarefas; e um sentido que investiga e denuncia a partilha desigual dos afazeres domésticos entre os gêneros (HIRATA; KERGOAT, 2007). A questão fundamental era evidenciar também a concepção de que os afazeres domésticos eram uma forma de “trabalho” e que, por isso, o conceito deveria estar fatalmente incluso.

Helena Hirata e Danièle Kergoat enfatizam que a contribuição da mulher branca, ocidental, no ambiente empresarial cresceu a partir da década de 1970; as mulheres, desde então, estão se qualificando profissionalmente, conquistando cargos de comando que antes eram predominadas por homens. Contudo, nessa remodelação de funções, empenhada com o lado profissional e o familiar, ela experimentou uma sobrecarga com a junção dos afazeres domésticos e o trabalho fora de casa. E a igualdade entre mulheres e homens, apesar de ter sido iniciada,

ainda está em andamento (HIRATA; KERGOAT, 2007). Porém, é preciso atentar que as mulheres não são um grupo homogêneo e se, para um grupo específico delas, a inserção massiva no mercado de trabalho se dá na segunda metade do século XX, outros grupos de mulheres já trabalham para além de seus lares há séculos, inclusive, devendo destacar-se aquelas que foram escravizadas.

Além disso, como argumentam Hirata e Kergoat (2007), a sociedade ocidental se organizou, quanto à divisão sexual do trabalho, no “modelo da conciliação”, no qual cabe às mulheres, principalmente, para não dizer exclusivamente, conciliar vida familiar e profissional. Tal expressão encobre um conflito evidente nas relações sociais entre homens e mulheres ao supor um acordo de satisfação mútua, de modo que as mulheres seguem sendo as maiores responsáveis pelos trabalhos de cuidado - o que inclui o trabalho doméstico -, recebem menores salários e ocupam menos cargos de gestão (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 604). Ou seja, a inserção das mulheres no mercado de trabalho não implica igualdade para com os homens, mas jornadas duplas, ou triplas, e maior precarização de sua condição social. Tal precarização se revela mais brutalmente na tentativa solitária e extenuante de conciliar o trabalho doméstico, o cuidado dos filhos e o emprego, formal ou informal.

É importante, no entanto, pensar conjuntamente nas dominações. Ainda que haja mulheres que ascendem a cargos de valor social, e, portanto, são melhor remuneradas, elas tendem a terceirizar o trabalho doméstico a mulheres em situação de pobreza e maior precarização. As autoras chamam esse padrão de “delegação”. Sobre essa possibilidade, alertam que, em alguns países, sobretudo aqueles que vivenciaram a condição colonial, mulheres de diferentes grupos étnicos vivenciam a “terceirização do cuidado” de formas diversas – enquanto trabalhadoras domésticas, cuidadoras de idosos, babás de crianças (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 605). Mas quem cuida do lar e dos filhos das mulheres “terceirizadas”? Quem cuida da infância e da juventude negra?

Outro conjunto de questões que podemos derivar a partir dessas considerações é: esse padrão de “delegação” que se refere às relações entre mulheres empregadoras e mulheres por elas empregadas, que permite a liberação

das primeiras, também se verificaria de algum modo também entre mulheres de diferentes grupos no contexto das organizações do mundo do trabalho? Existe hierarquia entre elas; como se organizam as relações entre mulheres brancas e negras no mundo do trabalho e como o tema da maternidade se insere nesse contexto? Quais as condições enfrentadas pelas mulheres negras para conciliar trabalho e maternidade no contexto das organizações públicas?

Metodologia

A fim de analisar como a maternidade afeta a vida profissional das mulheres negras que são mães e trabalhadoras no setor público, realizamos uma pesquisa qualitativa e exploratória. Qualitativa, porque a investigação busca, principalmente, por meio de entrevista a duas mulheres com essas condições, obter uma perspectiva do fenômeno em estudo, ainda que preliminar. Como explica Arilda Schmidt Godoy (1995):

Algumas características básicas identificam os estudos denominados “qualitativos”. Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (p. 21).

Exploratória, porque a investigação sobre a maternidade negra ainda é escassa no contexto brasileiro. São poucos os trabalhos e artigos desenvolvidos a esse respeito no cenário nacional. Segundo Gil (2002), pesquisas exploratórias permitem alcançar maior familiaridade com o objeto estudado. Além disso, a pesquisa exploratória possui, normalmente, um planejamento mais flexível, de modo que possibilita abranger toda a variedade de aspectos que se apresentam sobre o problema. Vale-se, especialmente, do levantamento bibliográfico, mas também de entrevistas com sujeitos que tenham vivência sobre o problema e da análise de casos para estimular a compreensão do fato (Gil, 2002).

Em específico, o estudo de caso permite investigar cenários do mundo real em toda a sua complexidade e dificuldade, por isso sua relevância na pesquisa social. O estudo de casos múltiplos permite o estabelecimento de relações, e ajuda na identificação dos fatores relevantes, em detrimento daqueles que são meros ruídos.

Nesta perspectiva, nossa pesquisa realizou o estudo de dois casos de mulheres negras que trabalham na administração pública e que são mães. A pesquisa documental bibliográfica teve por objetivo avaliar o estado da arte da pesquisa sobre o tema, sobretudo no contexto brasileiro. A escolha pela comparação entre dois casos, por sua vez, permitiu-nos aprofundar sobre realidades específicas e concretas de maternidades negras, possibilitando explorar aspectos diversos dessa experiência de um ponto de vista social e político.

As entrevistas focaram-se em elementos biográficos das entrevistadas, percurso profissional, maternidade e impactos na vida profissional e na dimensão familiar. Além disso, investigaram as aspirações profissionais das entrevistadas.

Os encontros ocorreram na modalidade remota e foram gravados, via plataforma Zoom; posteriormente, as falas foram transcritas. Foi realizada a análise e discussão dos dois casos à luz da revisão bibliográfica.

Mulheres negras, trabalhadoras e mães: Ciata e Dandara

Embora, por seu tamanho, essa pequena amostra de dois casos não autorize generalizações, as similaridades e diferenças dos casos aqui apresentados são fruto de relações sociais e, por isso, são atravessados pelos marcadores de raça, classe e gênero, retratando, certamente, experiências de maternidade e trabalho de outras mulheres negras do país. Dessa forma, o objetivo desta análise, ainda que parcial e incompleta, foi compreender de que modo se evidencia o enfrentamento de dificuldades e obstáculos que, guardadas suas especificidades, evidenciam a existência de fatores estruturais de discriminação contra as mulheres negras que são mães.

Dentre as convergências entre as histórias de Ciata e Dandara, destacamos em primeiro lugar que ambas têm origem em famílias populares e escolheram dedicar-se profissionalmente ao campo social, ainda que o curso de formação tenha sido distinto. Ciata é graduada e pós-graduada em Ciências Sociais e, atualmente, está se graduando em Serviço Social. Já Dandara é graduada em Administração Pública e em Geografia, e é pós-graduada em Sociologia e em Geografia. Portanto, as duas entrevistadas são mulheres com alta diplomação, enquanto Ciata é mestre, Dandara é doutora e seguia com o pós-doutorado no momento da pesquisa.

Sobre seu principal campo de atuação profissional, as entrevistadas explicam:

A minha principal experiência foi no programa Bolsa Família e no programa Bolsa Escola, da Prefeitura de Belo Horizonte. E acho que, a partir destas duas experiências, se descortinaram um monte de questões que me afligiam, desde a adolescência, desde criança, que são as desigualdades sociais. Eu fiquei quase três anos trabalhando com Bolsa Escola e Bolsa Família. Depois, trabalhei no programa chamado Beira Linha, com famílias em situação de vulnerabilidade que ficavam na linha do trem no São Gabriel, bairro Belmont, região Nordeste (Ciata).

Percebo que a atuação dos administradores públicos é muito voltada, no meu campo de pesquisa, para o agronegócio, para a contagem de café, soja... Não para as pessoas, a gente que come, que produz. Então, eu queria trazer essa pegada mais social, desde a faculdade. Eu trabalho, desde 1999, com segurança alimentar e nutricional. Sou uma administradora pública que se especializou nessa área por opção, por amor. Toda esta questão da segurança alimentar e nutricional passa também pela questão do cuidado, da alimentação, do social, do sofrimento humano, das pessoas terem que catar lixo, de não terem o que comer. E eu via isso no Laguna (Dandara).

Além disso, ambas são casadas e mães. Ciata, aos trinta e oito anos, tem um menino de dois anos; enquanto Dandara, aos quarenta e seis, tem um de treze anos. As duas são casadas com pessoas do gênero masculino e identificam-se como heterossexuais. A diferença de idade é maior entre Dandara e seu parceiro, já que ele é doze anos mais velho do que ela, enquanto a diferença entre Ciata e seu parceiro é de apenas dois anos, sendo ele mais velho.

Dandara e Ciata trabalham na administração pública, ainda que com vínculos bem diferentes. Enquanto Dandara tem vínculo estável com o Estado, uma vez que ingressou na carreira via concurso público, Ciata tem um cargo em comissão. Isso faz com que as condições de trabalho de ambas sejam muito diferentes, incluindo os rendimentos. A renda mensal domiciliar total de Ciata estava em torno de

R\$5.000,00, enquanto a renda mensal domiciliar de Dandara superava os R\$22.000,00, no momento da pesquisa.

Partindo desses contextos, compreende-se que a condição da maternidade associada à carreira impacta Ciata e Dandara de forma distinta, como veremos, ainda que haja questões em comum diante do recorte raça-gênero. A comparação entre os dois casos mostra que seus efeitos não são iguais sobre mulheres negras de diferentes classes sociais, o que corrobora a análise interseccional (DAVIS, 2016, COLLINS, 2019).

Perguntadas sobre a decisão de se tornarem mães, Ciata e Dandara respondem:

Eu tinha vontade de ser mãe, mas não me sentia pronta. É aquela coisa de priorizar o mundo do trabalho. Eu uma mulher, negra, pobre, o trabalho sempre foi colocado de forma prioritária na minha vida. Mas ao mesmo tempo, o lado mulher sempre ficava martelando – um pouco do relógio biológico, também (...). Ao mesmo tempo, eu preciso trabalhar e este não era o momento. Aí, aconteceu assim, eu estava namorando com o Milton há pouquíssimo tempo, uns seis meses. Não foi algo planejado, aconteceu. No início foi muito difícil, fiquei muito tensa. E, agora, como é que vai ser? (Ciata).

Nem ser mãe, nem não ser. Na verdade, eu nunca pensei em ser mãe. Eu estava vivendo. Depois que comecei a trabalhar, sempre empreguei muito meu tempo para trabalhar, pesquisar, divertir e cuidar da minha família. Então, minha vida era boa. Por isso, eu falei assim: “para eu me casar, ter filho, tem que ser melhor do que ser solteira. Pois, eu estava feliz demais, assim”. Então, em BH, em um boteco, eu conheci o Mjолnir, meu marido. O Mjолnir é estrangeiro. Eu tinha acabado de entregar minha dissertação de mestrado, fui festejar no bar a minha aprovação e o conheci. Começamos a namorar, estávamos muito felizes até que um dia ele me propôs: Dandara, vamos fazer um filho? (Dandara).

É importante reconhecer que a condição econômica de uma mulher negra pode ter um impacto significativo em suas escolhas e oportunidades de vida. Muitas mulheres negras pobres enfrentam desafios diários para cuidar de suas famílias, enquanto tentam equilibrar trabalho e educação. Essas obrigações podem deixar pouco espaço para investir em outras áreas da vida, como a maternidade. Além disso, somada à ausência de políticas públicas, elas enfrentam desigualdades estruturais que podem dificultar o acesso a cuidados de saúde, educação, empregos estáveis e outros recursos que poderiam apoiar a maternidade. Desse modo, a negligência sobre suas necessidades e particularidades fomentam a experiência de solidão e a ausência de suporte ou compreensão adequados.

“Nem ser mãe, nem não ser”:...

Trabalhei tanto durante a gravidez que faltou um pouco de cuidado comigo. Eu lembro de estar respondendo e-mail no processo de indução de parto! Acho que [é porque] a minha autoestima vem muito a partir do trabalho. Eu só vou ter reconhecimento e valor, se for uma boa profissional. Então, durante a gravidez, precisava deixar tudo perfeito, precisava corresponder às expectativas; com isso, me atropeliei. Foi ruim. Depois, tirei licença maternidade, aí me senti muito estranha. “Agora, quem sou eu? Que ser é este?” (Ciata).

Então, durante o período da gestação, eu estudei, fiz o projeto de doutorado e, ao mesmo tempo, trabalhei para o governo de Minas. E, assim, foi indo. Fiz o projeto, mandei para uma universidade francesa, passei. Mande para a UFMG, passei também. Assim, eu fiz um doutorado em cotutela, e, ao fim, recebi meu diploma (...). Eu falei ‘sim’ para casar, mudar de país, fazer um neném, passar no doutorado, essas quatro coisas todas no mesmo ano. Aí bateu um desespero... (Dandara).

Neste sentido, fica evidente como o contexto laboral atravessa as questões da maternidade, seja dificultando-a ou possibilitando-a. Como detalhado no referencial teórico, o imbricamento de gênero-raça-classe produz sofrimentos comuns às mulheres negras, como a necessidade de ser forte e dar conta de um acúmulo sobre-humano de tarefas. Uma maior vulnerabilidade social, pela origem de baixo poder aquisitivo - enquanto uma espécie de continuidade da sociedade colonial escravista -, aliada a um histórico de impedimento da maternidade, acarreta a essa classe de mulheres uma pressão que não é partilhada por outras mulheres não-negras, de modo geral.

Por outro lado, como a trajetória profissional de Dandara a posiciona em um lugar de maior segurança econômica e de estabilidade, sendo servidora pública efetiva, ela tem mais possibilidades de planejar sua carreira e vida pessoal, ainda que não encontre uma conciliação plena, como afirma:

Então, demonstrei meu vínculo familiar, justifiquei a razão de estar morando fora do Brasil e consegui entrar no [regime de] teletrabalho integral. Enfim, volto para França. Atualmente, cumpro a minha jornada no governo de Minas integralmente no teletrabalho e faço pós-doutorado pela manhã. Como aqui na França estamos cinco horas à frente no fuso horário, consigo ajustar as duas jornadas. Penso que o equilíbrio “vida, carreira, mulher e mãe” deveria existir, sendo possível realizar; mas, para conciliar, a gente precisa ter tempo e segurança financeira (Dandara).

Por sua vez, Ciata experiencia maior insegurança no trabalho, pois não é concursada; sua vivência no mercado de trabalho é de muita instabilidade,

“Nem ser mãe, nem não ser”:...

renúncias e mudanças de emprego. Em suma, sua experiência de trabalho pré e pós-maternidade caracteriza-se pela inconstância e é marcada por um alto grau de sofrimento, principalmente em virtude da dificuldade de atender a expectativas que considera quase inalcançáveis.

Me vi em um processo de: tenho que ser forte, não posso ser frágil, não posso errar. Tanto na maternidade quanto no trabalho. (...) quando vejo que não dou conta de tudo, me sinto super mal. [Há] várias demandas do trabalho que não consigo entregar dentro do prazo; ao mesmo tempo, estou cuidando do Luís e há muitas louças na pia; não consegui fazer a marmita do dia seguinte, a comida do Luís, e aí vem uma frustração gigante... Você se sente menos competente, menos mulher, se for pensar nesta sociedade machista (Ciata).

A literatura sobre as mulheres trabalhadoras aponta que sua participação no mercado de trabalho, além da esfera doméstica, não implica em uma reorganização das tarefas de cuidado na esfera privada, necessariamente. Pelo contrário, significa uma dupla jornada para as mulheres, a remunerada e a não remunerada. Elas continuam sendo as principais responsáveis pelo trabalho de cuidado dentro da família. Sobre esse aspecto, é significativa a diferença entre os casos.

Ciata, além de ser responsável pela maior parte das tarefas de cuidado da casa e do filho, é quem faz a gestão da rotina da casa; é ela quem se adapta à agenda do parceiro. Isso acarreta não apenas em desproporcionalidade e em dupla jornada de trabalho, mas em sobrecarga mental.

A partir do nascimento do Luís, essa divisão foi algo muito difícil, porque eu me senti muito sobrecarregada em relação às tarefas domésticas e à tarefa do cuidado com o Luís. Também por conta da carga mental; porque, por mais que ele [o companheiro] contribua, sempre sou eu que diz o que tem que fazer, o que está faltando. O Milton atualmente fica com as tarefas de cozinhar quando ele está em casa, de lavar o banheiro, lavar roupa, o cuidado com a casa; e eu [fico] mais com o cuidado do Luís. Mas muito da limpeza da casa está ainda comigo. Há uma desproporcionalidade nesta divisão, apesar de já ter melhorado (Ciata).

Por outro lado, no caso de Dandara, as responsabilidades são bem divididas. Há uma partilha equilibrada das tarefas domésticas, com responsabilidades e rotinas acertadas em comum:

Nós dividimos as tarefas domésticas. Como todo mundo trabalha e estuda, organizamos um rodízio. A casa foi dividida em setores: cozinha, banheiro e o resto da casa; a cada quinze dias, cada um limpa um setor, na próxima quinzena

“Nem ser mãe, nem não ser”:...

a gente circula. Assim, quinzenalmente, a gente limpa a casa inteira e não fica pesado para mim nem para eles.

Além de lidarem com a dupla jornada, e apesar de serem importantes provedoras de seus lares, as mulheres experienciam uma grande dificuldade em não serem demandadas pela família no horário de trabalho, uma vez que são identificadas como as principais responsáveis pelo cuidado das crianças. Desse modo, precisam criar estratégias para separar o momento de cada função, e relatam as contradições decorrentes do regime teletrabalho⁶ nesse quesito.

Quando preciso fazer o teletrabalho e não consigo, sinto que ele [o companheiro] não entende. Preciso ter o momento para trabalhar. Acho que na cabeça dele é como se eu, estando em casa, tenho que dar conta do Luís e da casa. Uma vez ele disse que deixei de dar café para o Luís para trabalhar e foi uma briga enorme. Me veio uma culpa gigante: “fui negligente!”; me senti péssima. Mas ele estava em casa! (Ciata).

O teletrabalho, para mim, por exemplo, é fundamental para eu ter este tipo de relação com meu filho e minha família. Todavia, mesmo considerando minha atual estrutura familiar, às vezes atrapalha o teletrabalho. Uma forma de me organizar em casa é assim: quando eu ponho o crachá, nem ele [filho] nem o Mjólnir [o companheiro] interferem, fica simbolicamente decretado horário de trabalho. Assim vou me organizando para poder fazer isso acontecer (Dandara).

Logo, há uma vivência distinta, nos dois casos, a respeito do trabalho doméstico e do trabalho externo. Dandara experiencia uma melhor conduta de seu parceiro, tanto na divisão das tarefas, quanto no respeito ao seu horário de teletrabalho, o que é fundamental para a qualidade de vida e emoções que ela vivencia no seu cotidiano.

O Mjólnir me ajuda muito. Ele dá muito carinho para o Heimdal, cuida, trocou fralda [quando ele era bebê], faz comida, leva ao médico, hospital, faz de tudo. Ele optou por diminuir a carga horária de trabalho dele, o que acabou reduzindo também o salário, mas aumentou o tempo com a família. É uma oportunidade rara (Dandara).

Ainda assim, a vida profissional das mulheres que são mães é marcada por uma certa precariedade resultante tanto do duplo turno, quanto das expectativas de empregadores que continuam a esperar que as trabalhadoras estejam sempre

⁶ No momento das entrevistas, Dandara encontrava-se em regime de teletrabalho integral, ao passo que Ciata, em teletrabalho parcial (trabalhava presencialmente três dias na semana).

disponíveis, não tenham filhos ou outras prioridades durante o horário de trabalho. Para tanto, a maioria das mulheres faz malabarismos, desempenhando múltiplos papéis, inclusive o de trabalhadora no contexto familiar, quando necessita exercer seu trabalho, em momentos de lazer, a fim de atender às necessidades de seu empregador. Acompanhar as muitas exigências desses papéis pode ser extremamente estressante para as mulheres.

Para Dandara, sua carreira foi o pilar da tomada de decisões que acarretaram uma mudança brusca em sua vida pessoal e familiar; no entanto, não deixou de implicar na conciliação de múltiplas tarefas para manter todos os papéis.

Neste período [quando ficou grávida], eu refleti que, para eu ir morar na Europa com o Mjolnir, fazer doutorado como bolsista era a melhor opção. Pois, assim, eu conseguiria licença para estudar no exterior, mantinha um rendimento e não perderia o emprego. Porque não tinha como eu ficar desempregada, eu pagava plano de saúde da minha mãe, meu aluguel, um monte de coisas (Dandara).

Em contrapartida, Ciata expressa viver uma cisão tanto no ambiente familiar, quanto profissional, enquanto desempenha todos os papéis que lhe são atribuídos:

Nem no trabalho nem no espaço de casa ninguém considera que sou mãe e também trabalhadora, que sou alguém que por isso precisa de algumas coisas. Essa ausência, dos dois lados, faz com que a gente tenha de ficar neste espaço de: no trabalho não ter que parecer ser mãe, ter que parecer ser a trabalhadora padrão; no espaço de casa, ter que parecer que não está trabalhando, mas fazer com que tudo caiba de alguma forma. Isto é adoecedor (Ciata).

Ela percebe diferenças inclusive no regime de teletrabalho, já que a maior parte das pessoas, sobretudo as mulheres, com quem trabalha possuem empregadas domésticas, o que encontra respaldo na argumentação proposta por Hirata e Kergoat (2007), a respeito da existência de uma hierarquia entre mulheres. Ou seja, há uma distância entre a posição de mães trabalhadoras brancas e de classe média, em relação às mães trabalhadoras negras, especialmente as mais vulneráveis economicamente, o que acarreta no fenômeno da externalização do trabalho doméstico para as mulheres em situação mais precária.

Ninguém vira e fala: “olha, Ciata é mãe, tem que fazer isso e aquilo, então vamos reajustar as tarefas no trabalho”. Os gestores poderiam considerar a profissional

enquanto mãe. E é engraçado, porque minha chefe é uma mulher. Mas sinto que, por mais que ela entenda, na prática não percebo movimentações de solidariedade, ou de equidade, em relação à divisão de tarefas. Nem todas as pessoas têm iguais chances para desenvolver seu trabalho. Mas isto não é discutido, não é pensado. A maior parte da empresa faz teletrabalho, mas tem empregada; [se] tem criança, tem alguém ali [para cuidar]. Eu não, as tarefas são todas minhas.

Ambas as entrevistadas compreendem que, para conseguir conciliar trabalho e maternidade, sendo mulher negra pertencente à classe trabalhadora, é fundamental a existência de políticas públicas que promovam a vida familiar. Isso fica evidente também a partir da comparação dos casos analisados: nenhuma delas possui uma rede de apoio familiar ampla; contudo, no caso de Dandara, o acesso a um conjunto variado de políticas e benefícios no país onde vive (principalmente, acesso a creche e uma funcionária do governo destinada a apoiar mães) permite o estabelecimento de um equilíbrio entre ambos os papéis. Com efeito, o caso de Dandara reforça a importância das políticas de apoio à maternidade, sobretudo às mães que trabalham.

Aqui na França, a partir de um ano de idade, o Heimdall usou o serviço de educação pública. O governo libera as creches para as crianças, o que permite às mães trabalharem. Caso não tenha vaga na creche, a criança fica na casa de uma mulher, que é funcionária da prefeitura, e envia também uma pedagoga. Também é ofertado um menu de serviços assistenciais, e você não paga nada. Então, eu deixava o Heimdall juntamente com mais duas crianças na casa de uma portuguesa, a Fati. Então, de um até os três aninhos, ele ficou na casa da Fati durante o dia, sendo este um período muito importante para o meu doutorado (Dandara).

Há ainda a compreensão de que uma política pública voltada para as mães trabalhadoras poderia enfrentar a naturalização do “dever materno” das mulheres. Ou seja, por meio desta política pública existe o reconhecimento de que há um trabalho que não é pago, ou que é mal pago, quando terceirizado às babás negras e pobres. Enquanto administradoras públicas e mães, elas compreendem que há um papel social de gênero que precisa ser transformado para que elas, enfim, possam exercer os papéis que escolheram para si.

Por isso, ter política pública que funcione é tão importante. Nós geralmente contamos com a nossa mãe, mas as mães também estão trabalhando. Também elas já tiveram seu tempo de cuidar de filho, que não é cuidar de neto. Isso gera

“Nem ser mãe, nem não ser”:

uma eterna “obrigação de mãe”, fazendo quebrar laços ou distorcê-los quando não se tem política pública (Dandara).

Ao contrário, no caso de Ciata, a precariedade do vínculo de trabalho, somada à certa ausência de políticas públicas no cenário brasileiro, a faz reconsiderar possibilidades de ascensão profissional. A maternidade é um ponto importante de ruptura, que a faz desistir de muitas oportunidades. Apesar de ser uma mulher diplomada, a maternidade a tornou ainda mais distante da ascensão profissional.

Minha grande dificuldade é a questão do cuidado, é o que torna mais exaustivo este processo. Também porque, por enquanto, estou sem acesso à creche pública, e não tenho grana para pagar uma creche particular o dia inteiro. (...) Nas terças, o Luís fica com minha mãe e, nas quintas, com minha sogra. Segunda, quarta e sexta ele fica comigo; alguns dias, quando tenho atividade externa, fica com minha mãe, por enquanto - porque ela está se mudando para o interior daqui uns dias (Ciata).

Um dos maiores desafios que uma mulher trabalhadora enfrenta é como equilibrar trabalho e maternidade. Assim, as mulheres que tentam se encaixar nesse padrão só encontram um equilíbrio precário. Isso é ainda mais significativo para o caso das mulheres negras. Se Dandara encontrou um equilíbrio, isso se deve prioritariamente ao fator econômico e à rede de apoio que encontra, inclusive, por meio de políticas públicas. Já para Ciata, o equilíbrio ainda está para ser conquistado: “não tem equilíbrio!”. Ela espera encontrá-lo no emprego público, para cujo concurso está estudando. Ambas compreendem que uma jornada de trabalho de 6 horas diárias, 30h semanais, é a mais condizente com a sua realidade de mãe e trabalhadora, de modo que poderiam realizar bem suas tarefas tanto domésticas quanto externas, em vez de se sentirem um corpo estranho em ambos os locais.

Estou cursando Serviço Social à distância, porque quero tentar fazer um concurso e trabalhar seis horas para ter tempo com o Luís. Não me vejo mais trabalhando de segunda a sexta, oito horas, num lugar fixo. Para mim, isto é algo que mudou; enquanto mãe, preciso ter momentos em que possa estar com o Luís, não apenas à noite e final de semana. Se puder conciliar isto com minha vida profissional, vai ser bom (Ciata).

Considerações finais

O presente artigo teve como premissa abordar a relação entre maternidade e vida profissional de mulheres negras. A pesquisa sobre o qual se baseia permitiu ponderar que muitas postulações do chamado “feminismo hegemônico” não permitem abordar de maneira adequada os desafios e problemas colocados para as mulheres negras, incluindo aquelas descritas na literatura sobre maternidade e sobre a participação feminina no mercado de trabalho. A este respeito, compreende-se que os limites encontrados para as mulheres brancas que trabalham e são mães são encontrados também pelas mulheres negras, mas em graus distintos; mais importante, constata-se que há muitas dificuldades e injustiças sofridas pelas mulheres negras que lhes são particulares. Logo, são especificidades produzidas no imbricamento de relações entre gênero, raça e classe.

Considera-se que o projeto colonial destinou um lugar de maior subalternização ao trabalho das mulheres negras. Assim, falar de trabalho e maternidade para as mulheres negras é falar de dois lugares muito desvalorizados na sociedade brasileira, o que foi analisado a partir da apresentação e discussão dos dois casos entrevistados. Os relatos das mulheres entrevistadas possibilitaram, ainda, uma compreensão do quanto o fator classe econômica e condições laborais influenciam nessa precarização, seja amenizando-a ou intensificando-a. Ademais, indicam que mesmo mulheres negras com alta diplomação enfrentam limites que a bibliografia geralmente identifica em mulheres negras com baixa escolarização, como a sobrecarga de trabalho, jornadas triplas e restrições à maternidade.

Sendo assim, enquanto o trabalho reprodutivo condiciona o contexto de mulheres brancas e negras, no caso das mulheres brancas elas sofrem maior pressão para deixarem o mercado de trabalho, diferentemente das mulheres negras, uma vez que para este grupo o trabalho produtivo é determinante, desde os tempos coloniais, no contexto de países com histórico escravista, restando a elas a “conciliação” de ambas as tarefas. Desse modo, tanto por haver, ainda, escassa bibliografia a respeito, mas também porque, como se mostrou, há uma diferença

estrutural entre a condição profissional e econômica das mulheres de acordo com sua raça ou etnia, o presente artigo se mostra relevante e comprometido com a produção de conhecimento a esse respeito.

A revisão bibliográfica explicitou a relevância do tema aqui discutido, especialmente a escassez de publicações científicas que tenham como objeto de análise a realidade de mães negras diplomadas, de modo que o artigo se aproxima da inauguração de tal discussão, mas compreende estar distante de qualquer conclusão ou esgotamento de elaboração científica a respeito.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo, Pólen, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2020.

CARVALHO NETO, Antonio Moreira de; TANURE, Betania; ANDRADE, Juliana. Executivas: carreira, maternidade, amores e preconceitos. RAE eletrônica, v. 9, 2010. DOI:<https://doi.org/10.1590/S1676-56482010000100004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/raeel/a/rCHcJNkRPW4SYjh8WHSK6Ch/?lang=pt>. Acesso em: maio 2015.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro*. São Paulo, Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Revista Estudos Feministas, v. 10, Santa Catarina, 2002, pp. 171-188. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?lang=pt>. Acesso em: junho 2024.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo, Boitempo, 2016.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Lisboa, Letra Livre, 2015.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Boletim do Mercado de Trabalho Mineiro: Temática especial - Negros* v.3, nº 5, 2023. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1kM_lqVRyWiIjgmZEf_nrb7KrxKalfnez/view. Acesso em: 11 Março 2024.

GIACOMINI, Sonia Maria. *Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1988.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, Atlas, 2002.

GODINHO, Letícia; SOUZA-SEIDL, Renata. *Mulheres, Negras e Gestoras: Porque Sim*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 2021.

GODOY, Arilda Schmidt. *Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais*. Revista de Administração de Empresas [online]. São Paulo, 1995, v. 35, n. 3, pp. 20-29. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>. Acesso: Março 2024].

GUIGINSKI, J.; WAJNMAN, S.. *A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos*. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 36, Rio de Janeiro, pp. 1-26, 2019. DOI: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0090>. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/1418>. Acesso: Junho 2024.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. Cadernos de pesquisa. São Paulo, 2007, v. 37, p. 595-609. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>.

HIRATA, Helena. *Classe, Gênero, Raça e Movimentos Sociais: a luta pela emancipação*. Revista de Políticas Públicas. Maranhão, 2018, vol. 22, pp. 143-158. DOI: doi.org/10.18764/2178-2865.v22nEp143-158. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9779>. Acesso em: Junho 2024.

HOOKS, bell. *E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo*. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, 2019.

LÔBO, Jade Alcântara; SOUZA, Izabela Fernandes de. *Na Encruzilhada da Maternidade Negra*. Porto Alegre, XIII Reunião de Antropologia do Mercosul, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/44400966/Na_Encruzilhada_da_Maternidade_Negra. Acesso em: Junho 2024.

MACHADO, Cecília; Neto, V. Pinho. *The Labor Market Consequences of Maternity Leave Policies: Evidence from Brazil*. FGV, EPGE. 2016. Disponível em: <https://portal.fgv.br/sites/portal.fgv.br/files/the_labor_market_consequences_of_maternity_leave_policies_evidence_from_brazil.pdf> Acesso em: Março 2024.

PASSOS, Rachel Gouveia. *O lixo vai falar, e numa boa!*. Revista Katálysis. Florianópolis, v. 24, p. 301-309, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e77194>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/Nj4qFky59rpZ8vx9wRmqRZR/?format=pdf>. Acesso em: Junho 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, CLACSO, 2005, pp. 117-142.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. *Trajetórias de mulheres na ciência: "ser cientista" e "ser mulher"*. Ciência & Educação, Bauru, v. 20, p. 449-466, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-73132014000200012>.

SILVA, Tatiana Dias. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. In: MARCONDES, Mariana Mazzini; PINHEIRO, Luana; QUEIROZ, Cristina; QUERINO,

Ana Carolina; VALVERDE, Danielle (orgs). *Dossiê Mulheres Negras*. Brasília, IPEA, 2013, pp. 109-131. Disponível em: https://noticias.unb.br/images/Noticias/2016/Documentos/livro_dossie_mulheres_negras.pdf. Acesso em: Junho 2024.

VAZ, Daniela Verzola. *O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 22, n. 3 (49), 2013, pp. 765-790. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182013000300007>.

Recebido em maio de 2024.
Aprovado em julho de 2024